

Sitiantes e agronegócio canavieiro no interior paulista: coexistências, transformações e dinâmicas territoriais locais.

Rosemeire Salata (INCIS/UFU)¹

Resumo: Este trabalho visa discutir as formas de coexistência entre famílias de *sitiantes* do município de Itápolis (SP) e o crescimento do agronegócio canavieiro na localidade. A região central do estado de São Paulo tem seus espaços rurais historicamente marcados pela presença de plantações e usinas canaveiras. Nas duas últimas décadas, a cana-de-açúcar transformou-se no principal produto em termos de área cultivada e volume de produção no município. Contudo, há também uma expressiva presença de *sitiantes*, isto é, pequenos agricultores que cultivam a terra em regime familiar, cuja formação e reprodução social remontam à crise do ciclo do café, à chegada de imigrantes europeus e aos então incipientes processos de industrialização e urbanização. Nesse sentido, este trabalho explora alguns condicionantes sociais e econômicos que engendraram a expansão da cana-de-açúcar sobre as terras desses pequenos agricultores, transformando paisagens, sociabilidades e dinâmicas territoriais locais. Observa-se, por outro lado, que tal expansão não provocou um esvaziamento dos espaços rurais nem os alterou de forma unívoca. A pesquisa empírica em desenvolvimento, constituída por observações de campo, levantamento de dados secundários e entrevistas com famílias, indica que o avanço canavieiro não se deu prioritariamente por meio da compra e venda de terras, mas sobretudo por meio de contratos de arrendamento firmados entre usinas de açúcar e álcool e as famílias de *sitiantes* locais. Verificam-se diferentes arranjos, como aqueles que envolvem o arrendamento total da terra e a mudança da moradia para o centro urbano; aqueles que combinam o arrendamento total com a permanência na terra; e aqueles que articulam arrendamento parcial, moradia e trabalho agrícola. Discute-se, assim, como as práticas econômicas dessas famílias, longe de serem homogêneas, configuram uma diversidade de estratégias que sinalizam os esforços desses pequenos agricultores para continuar trabalhando e vivendo nos *sítios* ou, ainda, para permanecer na condição de *proprietários*, preservando um patrimônio familiar a ser transmitido. Por fim, aponta-se, em diálogo com os estudos sobre o campesinato, como tais práticas remetem a lógicas e sentimentos de pertencimento articulados a projetos familiares e a éticas e valorações específicas sobre a terra e o trabalho. Essas lógicas distinguem-se das dinâmicas instauradas pelo agronegócio, embora com elas coexistam e por elas também sejam transformadas, conferindo contornos muito específicos à expansão canaveira naquela localidade e sinalizando para atualizações nas formas de reprodução dessa parcela do campesinato.

Palavras-chave: *sitiantes*; agronegócio canavieiro; arrendamentos; territorialidades.

Introdução

A região central do estado de São Paulo possui seus espaços rurais historicamente marcados pela presença da produção sucroalcooleira. Nas últimas décadas, contudo, a expansão da cana-de-açúcar adquiriu novos contornos, ampliando significativamente a área destinada ao cultivo e reconfigurando dinâmicas produtivas, paisagens e formas de ocupação do território. No município de Itápolis, localizado na

¹ Trabalho apresentado na 35ª. Reunião Brasileira de Antropologia (2026).

região centro-norte paulista, tal expansão ocorreu sobretudo por meio de contratos de arrendamento firmados entre usinas sucroalcooleiras e pequenos proprietários rurais locais.

A expansão recente da cultura canavieira em Itápolis apresenta especificidades importantes. Diferentemente de regiões tradicionalmente dominadas por grandes propriedades monocultoras, o município caracteriza-se pela presença significativa de pequenos proprietários rurais, agricultores familiares ou, conforme se identificam localmente, de *sitiantes*. Dados do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), de 2016, indicam que 79,01% das propriedades rurais do município possuem até 50 hectares. Ao mesmo tempo, o avanço da cana-de-açúcar no município foi expressivo. Estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apontou que, em 1988, a cana ocupava 17,4% da área agrícola de Itápolis, passando a recobrir 47,2% dessa área em 2016. Tal expansão ocorreu principalmente sobre áreas anteriormente destinadas à citricultura, pastagens e outras culturas agrícolas.

Entretanto, o processo observado no município não parece corresponder integralmente às interpretações que compreendem a expansão do agronegócio como necessariamente associada ao desaparecimento das formas camponesas de vida, à proletarização completa dos pequenos produtores ou ao esvaziamento dos espaços rurais. A observação empírica revela uma realidade mais complexa e contraditória. Ainda que a expansão canavieira altere profundamente os usos da terra, as práticas produtivas e as formas de trabalho, ela convive com a permanência de famílias *sitiantes*, de relações de vizinhança, de práticas de reciprocidade e de lógicas familiares que continuam organizando a vida social local.

Nesse sentido, este trabalho busca apresentar alguns resultados preliminares de um estudo em andamento que visa compreender os contornos específicos assumidos pela expansão canavieira no município de Itápolis, analisando as formas pelas quais as práticas de arrendamento articulam-se às estratégias de reprodução social das famílias *sitiantes*. Mais especificamente, procura-se discutir como as práticas econômicas dessas famílias se encontram imersas em valores morais, projetos familiares, relações de parentesco e sentimentos de pertencimento territorial.

Parte-se da hipótese de que o arrendamento das terras para as usinas não pode ser interpretado apenas como resultado de cálculos econômicos orientados pela

maximização do lucro. Ao contrário, objetiva-se investigar se tais práticas econômicas devem ser compreendidas no interior de uma ordem moral camponesa, na qual terra, trabalho e família constituem categorias centrais da reprodução social. Assim, ainda que as famílias *sitiantes* estejam integradas de forma subordinada às cadeias agroindustriais, suas estratégias econômicas indicam estar orientadas pela preservação do patrimônio familiar, pela manutenção da autonomia relativa e pela permanência na terra. Para desenvolver essa reflexão, o trabalho mobiliza entrevistas realizadas com membros de famílias de *sitiantes* do município, articulando-as à bibliografia sobre campesinato, economia moral, práticas econômicas e territorialidades rurais.

Campesinato, economia moral e práticas econômicas

Os estudos sobre a modernização da agricultura brasileira frequentemente associaram a expansão das relações capitalistas no campo à dissolução progressiva do campesinato, concebido como resíduo histórico destinado ao desaparecimento. Em São Paulo, grande parte da literatura sobre o agronegócio canavieiro concentrou-se na formação dos complexos agroindustriais, nas relações entre capital e Estado e na constituição do trabalho assalariado rural.

Essas interpretações enfatizaram os processos de expropriação, migração rural-urbana e proletarização, tomando muitas vezes capitalismo e campesinato como formas sociais mutuamente excludentes. Contudo, conforme apontam diversos estudos contemporâneos, a expansão capitalista no campo não implica necessariamente o desaparecimento imediato das formas camponesas de organização social.

Conforme argumenta Wanderley (2014), o campesinato deve ser compreendido como uma forma social específica de produção e de vida, cujos fundamentos se assentam no caráter familiar do trabalho, da organização da produção e dos projetos de reprodução social. Mais do que uma categoria estritamente econômica, o campesinato constitui um modo de vida sustentado por relações específicas entre terra, trabalho e família.

Nessa perspectiva, Woortmann (1990) propõe pensar a campesinidade não apenas como posição econômica, mas como ordem moral. Para o autor, a terra não é percebida simplesmente como fator de produção ou mercadoria, mas como patrimônio

familiar e espaço social da família. A tríade terra-trabalho-família constitui o núcleo ético organizador da vida camponesa.

Ainda segundo Woortmann (1990), o trabalho aparece como valor moral, e não apenas como atividade econômica. Da mesma forma, a terra não é concebida apenas em sua exterioridade material, mas como patrimônio cuja transmissão entre gerações constitui obrigação moral fundamental. Nesse sentido, as contribuições de Mauss (2003) também permitem compreender a economia como esfera imersa no conjunto das relações sociais. Ao demonstrar que as trocas envolvem dimensões morais, simbólicas e afetivas, Mauss rompe com interpretações que reduzem os vínculos econômicos a relações estritamente utilitárias.

Nessa mesma direção, Bourdieu (2006) critica a abstração que separa as práticas econômicas do conjunto da vida social. Para o autor, toda prática econômica constitui um “fato social total”, atravessado por valores, disposições e estruturas sociais historicamente constituídas. O conceito de *habitus* permite compreender como estratégias econômicas podem apresentar racionalidade prática sem serem resultado de cálculo plenamente consciente.

As reflexões de Scott (1976) sobre economia moral camponesa também oferecem importantes contribuições para o entendimento das estratégias adotadas pelos *sitiantes* frente a expansão canavieira. Para o autor, os camponeses orientam suas práticas menos pela maximização dos lucros do que pela minimização dos riscos que possam ameaçar sua reprodução social. Assim, os princípios da “segurança em primeiro lugar” e da “minimização de riscos” organiza práticas produtivas voltadas prioritariamente à segurança da subsistência e à preservação das condições mínimas de reprodução familiar (Menezes, 2019).

Tais contribuições, em seu conjunto, permitem compreender as práticas de arrendamento observadas não apenas como respostas econômicas à expansão do agronegócio, mas como estratégias inscritas em uma lógica moral e familiar mais ampla, que a continuidade da pesquisa que embasa o presente trabalho nos permitirá aprofundar.

A formação dos sitiantes no município de Itápolis/SP

Dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que Itápolis tem 39.493 habitantes. Foi fundado em 20 de outubro de 1862 e se localiza no centro geográfico do estado de São Paulo, possuindo dois distritos: Nova América e Tapinas, bem como um número expressivo de bairros rurais². Dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Itápolis indicam que o município tem uma área rural de 94.751,6 hectares, dividida em 2.035 propriedades rurais, de acordo com dados de 2016 do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA). Há um grande número de pequenas propriedades, sendo 79,01% delas com área de até 50 hectares³.

A formação do município nos remete à ocupação dos chamados “Sertões de Araraquara” e à abertura do Caminho ou Picadão de Cuiabá, na marcha rumo à ocupação do assim chamado Oeste Paulista na primeira metade do século XIX (Truzzi e Follis, 2012). Nesse processo de ocupação da área as principais atividades econômicas desenvolvidas no município foram a pecuária, a produção de cana-de-açúcar e a produção de cereais (arroz) em pequena escala, e apenas ao final do século XIX é que a produção cafeeira passa a crescer no município.

Ao tratarem sobre a dinâmica de implantação de imigrantes estrangeiros no Oeste Paulista no período entre 1880 e 1950, Truzzi e Volante (2019) consideram que o processo de incorporação crescente de terras a uma agricultura de exportação (no caso, o café), ou, em outras palavras, uma fronteira agrícola em contínua expansão em direção a oeste, condicionou o assentamento progressivo de famílias imigrantes.

Tal fenômeno ocorreu segundo etapas. A primeira delas é a de identificação de terras abundantes (não ocupadas com produção agrícola) e com solos e clima favoráveis para a produção ainda na primeira metade do século XIX. Tais terras desconhecidas e consideradas “despovoadas” foram alvo de empreitadas por parte dos chamados precursores, cujo objetivo era voltado à posse e à ocupação, expulsando, afastando

2 Dados disponíveis em <https://www.itapolis.sp.gov.br/portal/servicos/1012/bairros-rurais/>. Acesso em 18.04.2023. Candido (2017) conceitua os bairros rurais como estruturas basilares de uma “sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (Candido, 2017, p.44).

3 Dados disponíveis em <https://www.itapolis.sp.gov.br/portal/secretarias/9/secretaria-municipal-de-desenvolvimento-agropecuario/>. Acesso em 18.04.2023.

progressivamente ou promovendo a matança de indígenas que habitavam essa parcela do território paulista.

A partir da segunda metade do século XIX, Truzzi e Volante (2019) consideram que a frente pioneira avança sobre a frente de expansão, pois a ocupação do território passa a ser realizada por meio do deslocamento de investimentos de famílias que já eram proprietárias de fazendas em outras áreas ao sul de São Paulo ou Minas Gerais. Para tal processo a expansão da malha ferroviária do estado teve um papel bastante importante (Faleiros, 2010).

O deslocamento constante da frente pioneira com a expansão do cultivo do café em zonas recém-abertas acontece em meio ao processo de abolição da escravidão. Nesse momento os braços que passam a abrir e trabalhar as novas terras – ou substituir o braço dos trabalhadores escravizados nas fazendas já formadas – são os de imigrantes, sobretudo de europeus.

Bassanezi (2019) aponta que, entre meados dos anos de 1880 e 1930, o Brasil adotou uma política imigratória agressiva assentada em forte propaganda realizada na Itália e em outros países e em subsídios às viagens. Nesse período mais de 2,2 milhões de imigrantes, sobretudo italianos, entraram no estado de São Paulo, com destino ao trabalho na cafeicultura. Importante destacar ainda que tal política imigratória se assentou na preferência pela utilização da mão de obra europeia, que estava por sua vez, atrelada a um projeto de branqueamento da população.

Ainda de acordo com as informações levantadas por Truzzi e Volante (2019) a ocupação do território e deslocamento da população imigrante segue os sucessivos deslocamentos da frente pioneira. O município de Itápolis encontra-se próximo ao eixo principal de avanço da frente pioneira de 1886 e, entre 1934 e 1935 o município se encontra entre os maiores produtores de café do Estado.

Conforme Faleiros (2010) e Santos (2020) é a partir de 1900 que o café se torna o principal produto agrícola e atividade econômica do município de Itápolis. Santos (2020) localiza a formação da pequena propriedade de sitiantes no centro-norte paulista, e mais especificamente em Itápolis, entre as décadas de 1920 e 1940. Nesse momento indica que o município já se encontra na retaguarda da frente pioneira, deslocada mais a oeste⁴. Baseando-se em inúmeros autores que indicam que a crise de 1929 produziu

4 Cujos núcleos principais eram Barretos, Olímpia, São José do Rio Preto, Penápolis e Conceição do Monte Alegre (Truzzi e Volante, 2019).

efeitos sobre o mercado de terras paulista, o autor aponta para alguns processos no município que permitiram a formação dos “sitiantes do café”. No período entre 1930 e 1950 o autor identifica uma expressiva expansão do número de pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar de sitiantes, tanto nas regiões mais antigas de ocupação agrícola quanto nas regiões de fronteira. Assim, para sair da crise, uma série de estratégias e medidas foram empreendidas pelos proprietários de terras e produtores de café, incluindo aqueles que “passaram a especular com a terra de suas propriedades, loteando-as em consórcio com empresas de colonização ou vendendo, diretamente, fragmentos das áreas menos produtivas para o café – aquelas que ofereciam menor renda diferencial” (Santos, 2020, p. 17).

No histórico agrícola do município, predominaram os cultivos de café e arroz até a década de 1980, sendo então substituídos pela produção de laranjas entre os anos 1980 e 1990. Somente no começo dos anos 2000 é que avança o cultivo da cana-de-açúcar na localidade. Essa característica confere a essa região uma especificidade importante para o estudo, justamente por se constituir em uma área de expansão relativamente recente da cultura canavieira, marcando uma diferença importante com áreas produtoras mais antigas e consolidadas no estado de São Paulo.

O tempo do café: o acesso à terra e a formação dos patrimônios familiares

O *tempo do café* ocupa lugar central nas memórias dos *sitiantes* entrevistados. Apresentamos aqui, em conjunto, elementos de entrevistas realizadas com três famílias, que mantêm distintas práticas de arrendamento. A família S. combina o arrendamento parcial da terra familiar com trabalho e moradia na terra e as famílias P. e I.⁵ arrendaram toda a área dos *sítios* e passaram a residir na zona urbana de Itápolis/SP.

As lembranças da infância e do trabalho permitem reconstruir os percursos familiares e compreender os processos de acesso à terra. No caso da família S. os entrevistados recordam que, durante a infância, viviam em uma extensa unidade doméstica composta pelos avós paternos, pelos pais, pelos oito irmãos do pai e suas respectivas esposas e filhos. Aproximadamente vinte pessoas residiam na mesma casa. O projeto familiar era sustentado pelo trabalho rural de todos os membros da família —

5 Optamos por identificar as famílias pelas iniciais de seus sobrenomes para preservar o anonimato. Além disso, é importante destacar que a referência às famílias é parte das formas locais de reconhecimento e identificação.

homens, mulheres e crianças — e pelo trabalho doméstico das mulheres e sob rígido controle do avô paterno. Seu principal objetivo era acumular recursos para adquirir lotes de terra destinados a cada um dos seus oito filhos. Como recorda um dos entrevistados da família S.,

Naquela época trabalhava de ameia de café de colônia, derrubava mata, plantava café, arroz, milho e feijão. E com o lucro do café foi comprando um pedacinho aqui, um pedacinho ali para cada um, primeiro comprou 15 alqueires, depois mais 10 alqueire, que era para cada um dos irmãos. A terra naquela época era barata. (Entrevista, sitiante, set/2023).

O *sítio* onde atualmente residem os entrevistados e suas esposas foi adquirido na década de 1940 e possui 33 alqueires, extensão que permanece inalterada desde então. Quando a família se estabeleceu definitivamente na terra a maior parte da área agricultável era destinada à produção de café. O trabalho envolvia todos os membros da família e incluía os tratos culturais, o estercamento, a arruação, a colheita, a secagem e o ensacamento dos grãos. Além da produção cafeeira voltada ao mercado, havia uma expressiva produção para autoconsumo. Produziam-se carnes, ovos, leite, queijos, legumes, verduras, arroz, milho, feijão, banana, alho e outros gêneros alimentícios. A dependência dos mercados para o autoconsumo era reduzida, restringindo-se à aquisição de poucos produtos.

A geração dos entrevistados reproduziu inicialmente o mesmo padrão de organização familiar herdado da geração anterior. Após o casamento, os filhos permaneciam morando junto aos pais, formando famílias extensas caracterizadas pela patrilocalidade. As esposas dos entrevistados passaram a residir na mesma casa, que chegou a abrigar quatro gerações simultaneamente. Tal configuração corresponde ao modelo de "família-tronco" descrito por Carneiro (2001), caracterizado pela convivência de várias gerações e pela centralidade do trabalho agrícola familiar.

Da cafeicultura à fruticultura

A produção de café permaneceu predominante até meados da década de 1980. Dois acontecimentos foram decisivos para sua substituição gradual: a grande geada de

1984 e a disseminação da chamada “ferrugem do café”, que elevou os custos de produção devido à necessidade de utilização de agrotóxicos⁶.

Nesse contexto, as famílias passaram a investir na produção de laranjas e goiabas. Essa transição acompanhou uma dinâmica regional mais ampla. Entre as décadas de 1980 e 1990, o município de Itápolis consolidou-se como importante polo citrícola, chegando a ser conhecido como a "capital nacional da laranja".

A integração das famílias *sitiantes* às cadeias agroindustriais da citricultura ocorreu de forma subordinada. As relações com empresas processadoras eram marcadas por contratos considerados desfavoráveis pelos entrevistados, além dos elevados custos de produção e das frequentes doenças que afetavam os pomares. Conforme entrevistado da família P.,

A gente sempre apanhava nos preços, não tinha sorte com a laranja. Com a goiaba foi um pouco melhor, mas também não foi tão diferente... nós estamos aqui de teimosia (Entrevista, sitiante, set/2023).

No município, atualmente, os cultivos mais relevantes são: laranja e limão (citricultura), soja e milho (grãos), uma fruticultura diversificada (manga, goiaba, melancia e abacate) e a cana-de-açúcar, sendo este o cultivo o principal vetor para o arrendamento de terras. A principal mudança de uso e cobertura da terra no período entre os anos de 1988 e 2016 foi o avanço dos canaviais sobre as pastagens, culturas anuais (principalmente grãos) e frutas cítricas, que deixaram de ocupar cerca de 1,5 milhão de hectares. Em 1988 o percentual da área agrícola recoberta por cana-de-açúcar era de 21% e, em 2016 passa a ser de 47,2% no município, ou seja, quase metade da área agrícola (Embrapa, 2018).

A expansão da cana-de-açúcar e o arrendamento das terras

No caso da família S., a introdução da cana foi gradual. Desde 2011 foram firmados sucessivos contratos que ampliaram progressivamente a área arrendada. O primeiro contrato envolveu apenas seis hectares. No momento da entrevista, dos 33

⁶ No caso específico do contexto que trata esse trabalho, é importante destacar que esse grupo social detém a propriedade formal da terra e se integrou de forma subordinada ao mercado, ou seja, às indústrias e agroindústrias regionais, e produzem, em maior ou menor medida, fazendo uso de agrotóxicos, fertilizantes e sementes geneticamente modificadas.

alqueires da propriedade, 19,5 estavam arrendados para a produção canavieira. Conforme aponta um dos entrevistados,

Para aumentar o ganho só aumentando a área. Eu não tenho controle sobre a produtividade, a pesagem, o cálculo, tudo quem faz é a usina. A gente só recebe o dinheiro na conta (Entrevista, sitiante, set/2023).

Apesar de garantir uma renda fixa e reduzir a necessidade de trabalho e investimentos, o arrendamento não é percebido como uma solução plenamente satisfatória. Os entrevistados destacam a perda de autonomia sobre a terra e os impactos decorrentes da expansão das usinas. Ao afirmar que "aqui ainda é nosso, daqui pra lá já é da usina", um dos sitiantes expressa uma distinção simbólica fundamental. Embora a propriedade jurídica permaneça pertencendo à família, as áreas arrendadas deixam de ser reconhecidas como espaços de trabalho e de reprodução da vida familiar. Na percepção dos entrevistados, essas terras passam a ser controladas pela usina, que redefine seus usos e sua paisagem. As transformações promovidas pela empresa aparecem de forma marcante em seus relatos: "arrancou laranja, arrancou goiaba, queimou, nem vimos arrancar tudo". A fala evidencia não apenas a substituição de cultivos anteriormente existentes, mas também o distanciamento dos proprietários em relação às decisões sobre a terra, reforçando a sensação de perda de controle sobre um espaço que, embora permaneça legalmente seu, já não é vivido como tal.

Além disso, os arrendamentos reduziram significativamente a disponibilidade de áreas para outras culturas. Para manter a produção de milho, por exemplo, necessária à alimentação das *criações* no interior dos *sítios*, as famílias recorrem ao cultivo em regimes de parceria ou meação.

Arrendamentos, permanências e territorialidades locais

As motivações que levam ao arrendamento são múltiplas de acordo com os relatos das famílias: envelhecimento dos agricultores, ausência de sucessores, aumento dos custos produtivos, instabilidade climática e baixa rentabilidade das demais atividades agrícolas. Entretanto, a renda obtida com os arrendamentos não é utilizada para investimentos significativos; ela tem servido principalmente para a manutenção da propriedade e para as despesas cotidianas das famílias.

Mesmo diante dessas transformações, a família S., por exemplo, preserva parte importante do modo de vida construído ao longo de gerações. A casa, o quintal, a horta, *as criações*, e algumas áreas produtivas destinadas a outros cultivos continuam constituindo o sítio como um território camponês. Nesse contexto nem o arrendamento total da propriedade nem sua venda são consideradas possibilidades desejáveis.

Não arrendo tudo porque não gosto de ficar à toa. Eu não aceito, eu não morri ainda... O que eu vou fazer se vender aqui? Comprar uma casa na cidade e trabalhar com o quê? Acho que é melhor ir tocando assim que acabar com tudo (Entrevista, *sitiante*, set/2023).

Mais do que um ativo econômico, a terra aparece como patrimônio familiar, espaço de vida, trabalho e memória. Sua preservação expressa a continuidade de uma identidade social construída historicamente em torno do trabalho agrícola. No caso das famílias P. e I., que arrendaram toda a área e passaram a viver na área urbana, é importante também destacar que elas não se desterritorializam completamente quando deixaram a atividade agrícola. Mesmo ao arrendar integralmente a propriedade e transferir a residência para a cidade, continuando mantendo vínculos patrimoniais, afetivos e familiares com a terra. A propriedade continua funcionando como uma referência identitária e como patrimônio familiar, ainda que deixe de ser o local cotidiano de morada e trabalho.

Assim, as estratégias econômicas adotadas pelas famílias revelam que a terra não é concebida apenas como mercadoria. Ela constitui um bem material e simbólico cuja manutenção orienta as decisões produtivas tomadas em um contexto regional marcado pela expansão da cana-de-açúcar.

Considerações finais

As estratégias mobilizadas pelos *sitiantes* locais são diversas. Por um lado, o cenário atual coloca questões referentes às transformações que o avanço da cana-de-açúcar tem sobre as dinâmicas produtivas e sociabilidades locais, sobre os modos de vida e sobre as identidades sociais dos *sitiantes*. Por outro lado, diante de um contexto de saída das gerações mais jovens dos *sítios* e do envelhecimento dos membros das famílias que cultivam a terra, o arrendamento parece vir se configurando como estratégia de manutenção de um patrimônio familiar, evitando a venda da propriedade.

Trata-se, assim, de aspectos ligados às dificuldades de sucessão no interior das propriedades agrícolas.

Nesse contexto, uma *terra de trabalho* (Woortmann e Woortmann, 1997; Garcia Jr., 1983) pode se converter em patrimônio familiar que, preservado, poderá ser transmitido, denotando um movimento de transformação de pequenos agricultores/cultivadores em pequenos proprietários. Os sentidos da transmissão desse patrimônio parecem ultrapassar aqueles ligados à reprodução de uma condição camponesa. Nesse contexto, o arrendamento constitui tanto uma forma de integração subordinada ao agronegócio quanto uma estratégia de preservação patrimonial e permanência territorial. Os achados preliminares da pesquisa desenvolvidas apontam mudanças e permanências e para formas híbridas e contraditórias de coexistência entre territorialidades camponesas e territorialização do agronegócio na localidade.

Referências bibliográficas

BASSANEZZI, M. S. B. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Campinas: Papirus, 2006.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Edusp, 2017.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, vol.9, n.1, 2001.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Bauru: EDUSC, 2010

GARCIA JR., A. R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____.; GARCIA JR., A. R. **Trabalho Familiar e Campesinato**. América Latina. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, nº 1/2, ano 14, p. 10-20jan./jun., 1971.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003. p.183-314.

MENEZES, M. A. de. Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, 39 (2), 2019.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro**. Ensaaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

SANTOS, Anderson Pereira dos. Sitiantes do café: formação negativa do trabalho familiar de sitiantes numa região da retaguarda da franja pioneira paulista – Itápolis, 1920-1940. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 103, p. 22-53, 2020.

SCOTT, J. **Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

TRUZZI, Oswaldo; FOLLIS, Fransérgio. **A ocupação dos sertões de Araraquara: das sesmarias e apossamentos à Lei de Terras de 1850**. São Carlos: EduFSCar, 2012.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 161-191, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. S025–S044, 2014.

WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990.